

COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 19.526.748/0001-50
Praça José Inácio Peixoto, 28
Cataguases, MG – CEP 36.772-900
www.cataguases.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES (“COMPANHIA”) A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022

(Valores em Reais mil, exceto quando indicado)

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, CONSTANTES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 16 DE MARÇO DE 2022, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2021 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 15.998.131,52 em 2021.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Nos termos do artigo 33, § 1º do Estatuto Social, do artigo 9º da lei 9.249/95 e da deliberação da CVM nº 207/96, foi deliberado o pagamento de JCP relativos ao exercício social de 2021, imputados aos dividendos obrigatórios, atribuídos aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da sociedade, no montante de R\$ 2.445.447,78 (dois milhões, quatrocentos e quarenta cinco mil, quatrocentos e quarenta sete reais e setenta e oito centavos), correspondentes a R\$ 16,1057 para cada ação ordinária e R\$ 110,9486 para cada ação preferencial já estando calculado no valor das ações preferenciais o correspondente a 12% (doze por cento) a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, conforme disposição legal e estatutária.

O valor acima proposto, após a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15% (quinze inteiros por cento), resultará em um valor líquido de R\$ 2.078.630,61 (dois milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e um centavos), correspondentes a R\$ 13,6898 líquido para cada ação ordinária e R\$ 94,3063 para cada ação preferencial.

O pagamento de Juros sobre Capital Próprio ocorreu mediante crédito em conta corrente dos acionistas nos bancos por eles indicados, em 06 de dezembro de 2021, com base na posição acionária levantada em 30 de novembro de 2021, respeitadas as negociações realizadas até esta data. Após o dia 30/11/21 as ações da Companhia são consideradas ex-Juros Sobre Capital Próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

A Companhia distribuiu percentual equivalente a 31,96% do seu lucro líquido relativo ao exercício social de 2021, após o ajuste da realização da reserva de avaliação patrimonial, da destinação da reserva legal e da reserva para incentivos fiscais, isto é, R\$ 2.445.447,78 (dois milhões, quatrocentos e quarenta cinco mil, quatrocentos e quarenta sete reais e setenta e oito centavos).

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: (Não se aplica)

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a.** O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não haverá nova distribuição de dividendos além dos Juros sobre Capital Próprio já distribuído e declarado conforme item 2 acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

A Companhia não apura dividendos ou Juros sobre Capital Próprio em balanços semestrais ou períodos menores, portanto este item não se aplica.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido	Lucro líquido por ação	Lucro líquido por ação ordinária	Lucro líquido por ação preferencial
2021	15.998	110,10	110,01	121,04
2020*	-	-	-	-
2019*	7.291	50,18	50,14	55

Nota: Nos exercícios de 2020 a Companhia absorveu prejuízo, não tendo sido apurado lucro líquido por ação no exercício.

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio (valor líquido) distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício	Dividendo / JSC P	Ação ordinária	Ação preferencial
2021	R\$ 2.078.630,61	R\$ 13,6898	R\$ 94,3063
2020*	-	-	-
2019*	R\$ 463.950,23	R\$ 2,34	R\$ 114,42

Nota: Nos exercícios de 2020 a Companhia absorveu prejuízo, não tendo sido distribuídos dividendos ou JSCP.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 863.936

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício – R\$ 15.998.131 Ajuste de Avaliação Patrimonial – R\$ 1.280.594 Percentual da Reserva legal – 5%
 Reserva legal = (15.998.131 + 1.280.594) x 5% = R\$ 863.936

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- a.** Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

Conforme o artigo 6º, alínea “c” do Estatuto Social da Companhia que prevê que as ações preferenciais têm prioridade de recebimento de um dividendo anual no mínimo de 12% sobre a parcela do capital constituída por essa espécie de ação **ou** de 10% maior do que o valor pago às ações ordinárias, das duas a maior.

- b.** Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

Sim

- c.** Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

Sim, eventual parcela não paga é cumulativa

- d.** Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

Valor global mínimo: R\$ 123.041,96

- e.** Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe:

Valor por ação preferencial mínimo: R\$ 110,9486

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a.** Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 36 do Estatuto Social:

“ARTIGO 36 – Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404 / 76, após a dedução de que trata o §7º do artigo 9º da Lei 9.249 / 95, que serão colocados à disposição dos acionistas no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral e, em qualquer caso dentro do exercício social em que for declarado.”

- b.** Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia pagou integralmente os dividendos mínimos obrigatórios correspondente ao exercício de 2021.

- c.** Informar o montante eventualmente retido (Não se aplica)

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia (Não se aplica).

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (Não se aplica).

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (Não se aplica).

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (Não se aplica).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção – Reserva para Investimento:

Reserva para Investimento R\$ 5.205.mil

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A proposta orçamentária para o exercício de 2022 segue no ANEXO II à presente proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Identificar o montante da retenção:

Reserva para Incentivos Fiscais R\$ 8.763mil

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA – ELABORADA COM BASE NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) – PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Com base em pesquisas sobre valores praticados no mercado para remunerar executivos que integram Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Diretorias de companhias abertas, a Administração da Companhia propõe que a remuneração global anual da administração para o exercício de 2022 seja no valor de até R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), o qual englobará a remuneração fixa do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e a remuneração variável da Diretoria da Companhia.

13. Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração da CIC tem o objetivo de estar alinhada à estratégia do negócio, além de remunerar, reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva seus administradores, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração, para os administradores com função de diretores estatutários, são compostos por Pró-Labore, Remuneração Variável, Assistência Médica e Seguro de Vida. Para os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal temos apenas Honorários fixos na composição. Estes elementos de remuneração têm como objetivo retenção e retribuição pelos serviços

prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional, resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

ii. *qual a proporção de cada elemento na remuneração total*
(Vide Anexo I)

iii. *metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração*

O Conselho de Administração aprova todas as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores da Companhia, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas, as referências de mercado e índices de inflação. Vale ressaltar que a remuneração máxima global da Administração é objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas, sendo a mesma distribuída entre os órgãos da Administração da Companhia conforme deliberação do Conselho de Administração (art. 15, § 5º do Estatuto Social).

Os elementos de remuneração são reajustados da seguinte forma:

- Honorários fixos têm reajuste vinculado à variação do INPC anual. Exceções serão aprovadas pelo Conselho de Administração.
- Plano de Saúde tem seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e índices de sinistralidade.
- Remuneração Variável tem seu reajuste vinculado à aprovação do Conselho de Administração, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia do Negócio.

iv. *razões que justificam a composição da remuneração*

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c.principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a Remuneração Variável, que é influenciada pela composição de vários indicadores auferidos em cada exercício social. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBIT, Receita Líquida e Margem Bruta.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Remuneração Variável é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho por meio do modelo de objetivos e metas descritas em um mapa de indicadores, alinhadas a estratégia da empresa. A evolução deste indicador de desempenho tem como seu maior objetivo o retorno do investimento aos seus acionistas no curto, médio e longo prazo.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

(Verificar item 13.1.c acima)

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

(Não se aplica).

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**
(Não se aplica).

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
b. número de membros
c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- *salário ou pró-labore* (Vide Anexo I item Honorários.)
- *benefícios diretos e indiretos* (Vide Anexo I itens Previdência Privada e Assistência Médica)
- *remuneração por participação em comitês* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

ii. remuneração variável, segregada em:

- *bônus* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *participação nos resultados* (Vide Anexo I item Remuneração Variável).
- *remuneração por participação em reuniões* (Não Aplicável.)
- *comissões* (Não Aplicável.)
- *outros* (Não Aplicável.)

iii. benefícios pós-emprego (Não Aplicável).

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo (Não Aplicável).

v. remuneração baseada em ações (Não Aplicável).

- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e o conselho fiscal**
(Vide Anexo I).

- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
(Vide Anexo I).

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
b. número de membros
c. em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

As informações solicitadas nos subitens acima constam do Anexo I na coluna referente a Remuneração Variável.

d. em relação à participação no resultado: (Não se aplica)

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração*
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração*
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas*
- iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais*

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, este item não se aplica.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Nenhuma ação de emissão da Companhia é direta ou indiretamente detida por membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupadas por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações, portanto, o item não é aplicável.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em opções, portanto, o item não é aplicável.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A empresa não possui remuneração baseada em ações e opções, portanto, o item não é aplicável.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

A empresa não possui plano de previdência em vigor, portanto, o item não é aplicável.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- órgão
- número de membros
- valor da maior remuneração individual
- valor da menor remuneração individual
- valor médio de remuneração individual

										Valores em R\$
		2021			2020			2019*		
Órgão	Nº Membros	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração	Maior Remuneração	Menor Remuneração	Média da Remuneração
Conselho de Administração	4	R\$ 10.000	R\$ 6.000	R\$ 8.000	R\$ 10.530	R\$ 3.000	R\$ 3.382	R\$ 10.530	R\$ 8.424	R\$ 9.477
Conselho Fiscal	3	R\$ 5.500	R\$ 5.500	R\$ 5.500	R\$ 5.473	R\$ 2.800	R\$ 2.758	R\$ 5.473	R\$ 2.800	R\$ 4.136
Diretoria	3	R\$ 51.230	R\$ 30.738	R\$ 40.984	R\$ 50.000	R\$ 24.000	R\$ 24.667	R\$ 50.000	R\$ 24.000	R\$ 31.500
Nota*: Em 2019 o Conselho de Administração tinha 5 membros e a Diretoria 4 membros										

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

No caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os administradores que compõem a Diretoria Executiva têm direito a cobertura de plano médico por até 03 (três) meses após a rescisão contratual.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

		% Parte Relacionada	
Órgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	50%	75%	40%
Conselho Fiscal	33%	33%	33%
Diretoria	0%	0%	0%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

			Valores em R\$
Orgão	2021	2020	2019
Conselho de Administração	632.000,00	23.000,00	263.000,00
Conselho Fiscal	65.000,00	9.000,00	150.000,00
Diretoria	-	-	-

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária

ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Em relação a este item, em 2021 não houve pagamento de remuneração para membro do Conselho Fiscal, Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Apesar do conturbado cenário econômico, é possível vislumbrar uma perspectiva de melhora do ambiente de negócios, o atual patamar cambial e os custos e disponibilidade logística global continuam estimulando a indústria nacional.

Nestes últimos anos reduzimos custos e despesas, e readequamos o mix de produtos em busca de melhor rentabilidade. Seguiremos buscando oportunidades de crescimento alinhadas com o nosso posicionamento de mercado e com rentabilidade, reforçando o nosso compromisso de oferecer ao mercado produtos de alta qualidade e design que superam as expectativas dos consumidores no varejo

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, aos colaboradores que seguiram engajados, mesmo diante de tantos desafios, e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia Industrial Cataguases em 2021, e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para realização do nosso trabalho, garantindo a sustentabilidade e o crescimento da Companhia.

3. RELAÇÃO DE CANDIDATOS APOIADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES DA COMPANHIA PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL POR UM MANDATO DE 01(UM) ANO.

O Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases é composto por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) membros efetivos e igual número de suplentes, nos termos do artigo 15º do Estatuto Social da Companhia. Nesse sentido, a proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 18 de abril de 2022, é a eleição de 4 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, mantendo-se, assim, o atual número de Conselheiros e respectivos suplentes que compõem o Conselho de Administração da Companhia.

O art. 141 da Lei nº 6.404/76 possibilita a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração de companhias. Especificamente para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases, o requerimento para a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser formulado por acionistas que represente, no mínimo, 7% (sete por cento) do capital votante da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991 e Instrução CVM nº 282 de 26 de Junho de 1998, devendo ser apresentado por escrito à Companhia com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data e horário previstos para a realização da Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação a ser oportunamente publicado.

Na hipótese de eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, a mesma seguirá as determinações constantes no art. 141 da Lei nº 6.404/76. Ressalta-se que, nos termos do artigo 141, §7º da Lei nº 6.404/76, na hipótese de cumulativamente ser adotado o processo de eleição por meio do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa prevista no artigo 141, § 4º da Lei nº 6.404/76, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o Estatuto Social da Companhia, compoem o órgão.

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITENS 12.5			
Nome	Haroldo Moura Vale Motta		
Data de Nascimento			
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	403.485.806-06		
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	18/04/2022
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Consultor Financeiro		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	() Não (X) Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	1º		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	MVM2 Consultores		
Setor de atividade	Assessoria Econômico-financeira em processo de fusão e aquisição de empresas;		
Cargo	Sócio Diretor		
Funções inerentes ao cargo	Implantação de Modelos Orçamentários e sua Gestão; Implantação de Gestão Baseada em Valor (cash value added e economic value added); Implantação de relatórios gerenciais para a alta administração e para Conselhos de Administração; e Diagnósticos e Pareceres econômico-financeiros		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Fundação Dom Cabral		
Setor de atividade	Instituição de ensino		
Cargo	Titular da Cadeira de Finanças Corporativa		
Funções inerentes ao cargo	Disciplinas Ministradas: Finanças Corporativas; Gestão da Liquidez; Governança Corporativa; Estrutura de Capital e Política de Dividendos; Mercado Financeiro e de Capitais; Gestão de Valor; Avaliação Econômica de Empresas; Gestão de Risco; Valor de Empresas;		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Conselho de Administração, Conselho Consultivo, Comitê de Apoio a Conselho		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Carlos Manoel Castro de Mattos		
Data de Nascimento	01/09/1955		
Profissão	Veterinário		
CPF ou Passaporte	136.468.308-32		
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	18/04/2022
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Sócio de empresa que exerce Representação comercial da Companhia nos Estados de SC e PR		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos como conselheiro	6		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Catriz Empreendimentos Ltda.		
Cargo	Sócio – Administrador		
Setor da Empresa	Empresa de representação comercial na área de têxteis e artigos têxteis em geral.		
Funções inerentes ao cargo	Sócio Administrador da empresa		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor			Não
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.			Não se aplica
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Marcelo Inácio Peixoto		
Data de Nascimento	29/01/1957		
Profissão	Arquiteto		
CPF ou Passaporte	509.269.857-87		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	18/04/2022
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário do Acordo de Acionistas da Companhia		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos como conselheiro efetivo	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.		
Cargo	Sócio		
Sector da Empresa	Corretagem, a administração, a locação, a compra, a venda, a incorporação de bens imóveis, o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis e a participação como acionista ou cotista no capital de sociedades anônimas ou limitadas no País ou no exterior		
Funções inerentes ao cargo	Sócio da empresa		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	É controlada da Companhia Industrial Cataguases		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Carlos Custódio Ferreirinha		
Data de nascimento	16/04/1969		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	008.564.697-00		
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	18/04/2022
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Consultor		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	MCF Consultoria		
Setor de atividade	Inteligência da Gestão do Luxo		
Cargo	Presidente		
Nome da empresa	Bento Store		
Setor de atividade	Portabilidade com Lifestyle		
Cargo	Fundador Executivo		
Nome da empresa	LOUIS VUITTON – Grupo LVMH		
Setor de atividade	Produção de bolsas e malas de viagem		
Cargo	CEO		
Nome da empresa	EDS – Electronic Data Systems do Brasil		
Setor de atividade	Consultoria em tecnologia da informação		
Cargo	Executivo de Negócios & Marketing		
As empresas integram: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		Não se aplica	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.		Presidente, Fundador Executivo e Executivo de Negócios & Marketing, CEO	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Tiago Inácio Peixoto		
Data de Nascimento	23/04/1985		
Profissão	Economista		
CPF ou Passaporte	066.246.156-90		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente de Carlos Custódio Ferreirinha no Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Diretor Presidente e Comercial e Acionista signatário do Acordo de Acionistas da Companhia		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador: Sim		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos como conselheiro suplente	2		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Cargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores acumulando o cargo de Diretor Comercial		
Setor da Empresa	Têxtil		
Funções inerentes ao cargo	Gerenciamento da equipe comercial varejo e atacado no mercado nacional e internacional. Responsável pela gestão da área comercial, alavancagem das vendas, retorno sobre investimento, coordenação logística e distribuição.		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor			
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.		Não se aplica	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	José Inácio Peixoto Neto		
Data de nascimento	31/05/1955		
Profissão	Administrador		
CPF ou Passaporte	509.378.987-91		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente de Carlos Manoel Castro de Mattos no Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário do Acordo de Acionistas		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	1º mandato como membro suplente		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Sector de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia e Representante da Companhia junto aos acionistas e investidores		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do Emissor			Não se aplica
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.		Assistente de Vendas, Gerente Financeiro, Gerente de Recursos Humanos, Diretor Administrativo e Diretor Presidente.	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Gabriel Inácio Peixoto		
Data de nascimento			
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	332.112.216-20		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente de Marcelo Inácio Peixoto no Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Acionista signatário do Acordo de Acionistas		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	1º mandato como membro suplente		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Zoom Consultoria Ltda		
Setor de atividade	Empresa de representação comercial voltada para área têxtil		
Cargo	Sócio Administrador		
Funções inerentes ao cargo	Representação Comercial		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não se aplica		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Não se aplica		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. Não se aplica ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. Não se aplica iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar. Não se aplica		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Danny Siekierski		
Data de nascimento	30/10/1964		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	066.045618-44		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente de Haroldo Moura Vale Motta no Conselho de Administração		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor			
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo Controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	1º mandato como membro suplente		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Companhia Industrial Cataguases		
Setor de atividade	Empresa Brasileira de capital aberto (CVM) atuante nas áreas de fio e tecido 100% algodão, confecção e varejo.		
Cargo	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores		
Funções inerentes ao cargo	Gestão Geral da Companhia e Representante da Companhia junto aos acionistas e investidores		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor		Não se aplica	
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.		Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Recursos Humanos.	
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: nada a declarar. Não se aplica ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nada a declarar. Não se aplica iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: nada a declarar. Não se aplica		

CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Glaydson Ferreira Cardoso		
Data de Nascimento	27/10/1974		
Profissão	Advogado		
CPF ou Passaporte	005.273.616-40		
Cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	Primeira reunião do órgão após a AGO
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Prestador de Serviços Advocatícios		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	12		
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcellos & Teodoro Advogados		
Sector de atividade	Escritório de Advocacia		
Cargo	Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor;ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados		
Sector de atividade	Escritório de Advocacia		
Cargo	Sócio		
Funções inerentes ao cargo	Advocacia e consultoria jurídica em matéria tributária		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Banco Mercantil do Brasil S/A		
Sector de atividade	Instituição Financeira		
Cargo	Membro do Conselho de Administração		
Funções inerentes ao cargo	Participação nos atos de gestão de competência do Conselho de Administração		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor;ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro do Conselho de Administração e Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Igor Fonseca Santos Teixeira		
Data de Nascimento	29/05/1981		
Profissão	Advogado		
CPF ou Passaporte	042.116.226-09		
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo controlador		
Membro independente	(X) Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos	4		
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Ferreira Cardoso, Vasconcello & Teodoro – Advogados		
Setor da empresa	Consultoria e Advocacia preventiva		
Cargo	Advogado		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Botelho, Spagnol Advogados		
Setor da empresa	Consultoria e Advocacia preventiva		
Cargo	Advogado		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria e Advocacia preventiva		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

Em atendimento à correspondência encaminhada pela acionista Energisa S.A. (“Energisa”) através de seu Gerente Jurídico Societário e de Negócios, Sr. João Paulo Moraes e Silva Paes de Barros, recebida pela Companhia em 28 de março às 21:21:42 pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia e, em cumprimento ao artigo 21-A, §3º, Inciso I combinado com o artigo 21 – L, inciso I da instrução CVM 481/2009, reapresentamos a presente Proposta da Administração Para AGO a se realizar dia 18/04/2021 às 09:00, de forma inteiramente digital, com a indicação dos Membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes a serem indicados pela acionista Energisa:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Flávio Stamm		
Data de Nascimento	05/12/62		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte	048.241.708-00		
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo acionista minoritário Energisa S.A.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos			
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Stamm & Stamm Consultoria Empresarial Ltda		
Setor da empresa	Consultoria		
Cargo	Sócio Administrador		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria preventiva		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Nome da empresa	Pojuca S.A.		
Setor da empresa			
Cargo	Conselheiro Fiscal efetivo ou suplente		
Funções inerentes ao cargo	Conselheiro Fiscal		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Jorge Nagib Amary Junior		
Data de Nascimento	26/09/68		
Profissão	Administrador de empresas		
CPF ou Passaporte			
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo acionista minoritário Energisa S.A.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos			
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Aliança Partners		
Sector da empresa	Consultoria		
Cargo	CEO e sócio diretor		
Funções inerentes ao cargo	Consultoria preventiva		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Vicente Cortes de Carvalho		
Data de Nascimento	27/03/57		
Profissão	Contador		
CPF ou Passaporte			
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal		
Data de eleição	18/04/2022	Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo acionista minoritário Energisa S.A.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos			
Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando			
Nome da empresa	Grupo Energisa S.A.		
Sector da empresa	Distribuição de energia elétrica		
Cargo	Responsável pela Diretoria Contábil, Tributária e Patrimonial		
Funções inerentes ao cargo			
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
A empresa integra:(i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – ITEM 12.5			
Nome	Luiz da Costa Lima Junior		
Data de Nascimento	25/10/63		
Profissão	contador		
CPF ou Passaporte			
Cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Data de eleição		Data da posse	
Prazo do mandato	Até a AGO que aprovar as demonstrações financeiras do exercício de 2022		
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	n.a.		
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Indicado pelo acionista minoritário Energisa S.A.		
Membro independente	() Não () Sim – Critério da independência:		
Número de mandatos consecutivos			
<u>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando</u>			
Nome da empresa	Grupo Energisa S.A.		
Sector da empresa	Distribuição de energia elétrica		
Cargo	Gerente da contabilidade societária e fiscal do Grupo Energisa		
Funções inerentes ao cargo			
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
A empresa integra: (i) o grupo econômico do emissor; ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor	Não		
Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Membro suplente do Conselho Fiscal		
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos	i. qualquer condenação criminal: n.a. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: n.a. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenham suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: n.a.		

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA):

Nº DE REUNIÕES EXERCÍCIO DE 2021: 16

Membro do CA	% de participação nas reuniões do CA
Carlos Manoel Castro de Mattos	100%
Herbert Steinberg	100%
Marcelo Inácio Peixoto	100%
Carlos Custódio Ferreirinha	100%

CONSELHO FISCAL (CF):

Nº DE REUNIÕES EXERCÍCIO DE 2021: 13

Membro do CF	% de participação nas reuniões do CF
Flavio Stamm	100%
Vicente Cortes de Carvalho	100%
Glaydson Ferreira Cardoso	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não se aplica

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar em formato de tabela o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Não se aplica

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor** – Diretor Presidente da Companhia, possui grau de parentesco de segundo grau com o Sr. Marcelo Inácio Peixoto, membro efetivo do Conselho de Administração e grau de parentesco de segundo grau por afinidade como Sr. Carlos Manoel Castro de Mattos, membro efetivo do Conselho de Administração;
- b. **(i) administradores do emissor; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor** – O Conselheiro de Administração e Administrador da subsidiária Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. Sr. Marcelo Inácio Peixoto possui grau de parentesco de segundo grau com o Sr. Tiago Inácio Peixoto, Diretor Presidente da Companhia e grau de parentesco de segundo grau por afinidade com o Sr. Carlos Manoel Castro de Mattos, membro efetivo do Conselho de Administração;
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Os Conselheiros de Administração Sr. José Inácio Peixoto Neto, Marcelo Inácio Peixoto e o Sr. Tiago Inácio Peixoto Diretor Comercial são acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Companhia Industrial Cataguases;

- d. (i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor – Não se aplica.**

12.10 Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente pelo emissor (Não se aplica)

b. controlador direto ou indireto do emissor (Não se aplica)

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladora ou controladas de algumas dessas pessoas (Não se aplica)

4. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES.

10 Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Iniciamos o ano de 2021 confiantes em todas as medidas adotadas e preparados para um novo ciclo de crescimento. Mesmo em meio as incertezas advindas da pandemia COVID-19, tendo em vista expectativas relacionadas à vacinação e à retomada global da economia. A forte demanda pelos nossos produtos nos mercados interno e externo - combinados à reconhecida eficiência operacional, demonstraram, mais uma vez, a nossa resiliência.

No ano de 2021, registramos resultados operacionais robustos, a Receita Líquida cresceu 52,9% comparada a 2020 e 20% quando comparada a 2019.

Em maio, finalizou-se o julgamento da "tese do século" segundo a qual o ICMS deve ser excluído da base de cálculo da contribuição ao PIS e da Cofins. O STF rejeitou os declaratórios para esclarecer que o ICMS a ser excluído das bases de cálculo é o destacado na nota e não o recolhido e modulou os efeitos da decisão para produzir efeitos a partir de 15/3/2017, ressalvadas as ações ajuizadas até a referida data. Considerando essa decisão a Companhia reconheceu em 2021 o restante dos valores recolhidos indevidamente de PIS e de Cofins sobre a exclusão do ICMS, relativo a janeiro de 2015 até julho de 2018, que estrategicamente será abrangido na ação ordinária, o valor histórico do crédito apurado lançado foi de R\$7.084, e R\$ 2.221 de atualização monetária, totalizando R\$ 9.305.

Em julho, comemoramos a captação de R\$50,3 milhões relativo à operação CRI 243ª, a primeira operação de mercado de capitais realizada pela controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda e assumida pela Companhia, com prazo de oito anos e taxa de CDI+6,5% a.a., com objetivo de aliviar a pressão sofrida no fluxo de caixa com esta retomada e alongar o passivo financeiro da Companhia.

Apesar dos bons resultados obtidos, 2021 encerrou em meio a grandes desafios, com a alta geral dos preços de insumos, piora no cenário macroeconômico, em especial no que tange a confiança do consumidor, redução da disponibilidade de renda da população e aumento da taxa básica de juros.

Estes fatores devem ser sentidos com mais força ao longo de 2022, razão pela qual a Companhia busca reforçar ainda mais sua gestão operacional de forma a garantir o melhor uso de seus recursos. Confiante dos resultados alcançados e na consistência de seu posicionamento de

mercado, a Companhia segue positiva frente ao desempenho de suas operações, com a convicção fortalecida de uma empresa sólida e com perspectivas de crescimento à frente.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. *hipóteses de resgate*

“ARTIGO 7º - (...)

Parágrafo único – *O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”*

ii. *fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não há uma fórmula de cálculo do valor do resgate, de acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Durante o ano de 2021, com os resultados positivos que foram alcançados, a Companhia atingiu um equilíbrio cada vez maior frente a sua capacidade de pagamento aos compromissos assumidos em exercícios anteriores, considerando também que o aumento das receitas nos permitiu facilidade de atendimentos das garantias dessas operações com recebíveis futuros. Além disso, em 2021a Companhia obteve uma aporte de uma operação de CRI, utilizando como garantia de imóveis operacionais, o que permitiu a liquidação de grande parte desses compromissos anteriores, concentrando nessa nova operação de maior prazo a maior parte dos compromissos financeiros futuros. Atualmente as garantias para esse compromisso e para alguns remanescentes de exercícios anteriores se concentram exclusivamente em imóveis e recebíveis futuros, os quais, estão atrelados à nossa receita em crescimento constante.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No ano de 2021 concentramos os esforços e estratégia na obtenção da captação do CRI como citado acima, não havendo novas buscas para fontes de financiamento de capital de giro e para investimentos. A captação realizada em 2021 por esta linha, nos permitiu, além da liquidação de compromissos anteriores de curto prazo, aportar importante valor para nossas necessidades de capital de giro e investimentos futuros.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A estratégia para o próximo exercício traçada em 2021 após a captação do CRI não inclui a busca de novas fontes de financiamentos para capital de giro e investimentos, considerando a liquidez atual e projetada da companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. *contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

Descrição do Empréstimo	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Vencimento	Valor(R\$ mil)
BNDS Lojas Renner	R\$	CDI + 2,94% a.a.	2023	2.351
PPE	USD	7,25%	2024	10.883
CCB	R\$	164% DE CDI	2024	3.570
CCB FGI	R\$	13,62%	2024	2.465
CCB FGI	R\$	CDI + 6,5487%	2024	1.641
BNDES Finame	R\$	TJLP + 5,4%	2027	415
CRI	R\$	CDI + 6,5% a.a.	2029	49.276
Total				70.601
Circulante				12.128
Não circulante				58.473

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além da captação do CRI, que será realizado em 8 anos, em 2021 não temos outras relações de longo prazo com outras instituições financeiras.

g. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

h. comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia Industrial Cataguases tem como balizador seu Estatuto Social, onde são deliberadas alçadas e competências. Atualmente temos contratos de empréstimos e financiamento com cláusulas restritivas de Covenants junto a algumas instituições financeiras.

i. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)

j. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante:

-Estoque: Aumento de 53,34% no nível de estoque, basicamente reflexo do aumento dos níveis de atividade acompanhado por aumento de produção e receitas.

-Caixa e Equivalente de Caixa: Redução de 27,70%, devido principalmente por financiar parte da necessidade de capital de giro em razão do aumento do nível de atividade.

-Contas a receber de clientes: Aumento de 46,72%, devido basicamente ao crescimento da receita operacional bruta.

-Impostos a Recuperar: Aumento de 70,86%, refere-se basicamente ao crédito ICMS acumulado reflexo do aumento dos níveis de atividade.

Ativo Não Circulante:

-Impostos a Recuperar: Aumento de 18,27%, em função do reconhecimento do restante dos valores recolhidos indevidamente de PIS e de Cofins sobre a exclusão do ICMS, relativo a janeiro de 2015 até julho de 2018.

-Outros Ativos: Aumento de 100%, relativo fundo de despesas e fundo de reserva que são garantias do CRI.

-Propriedade para Investimento: Aumento de 296,80%, em função do imóvel que anteriormente atendia o centro de distribuição da Companhia ter sido transferido para as instalações da matriz e arrendado a terceiros. Foi realizada a reclassificação do imóvel em contrapartida ao imobilizado e a remensuração ao valor justo com base em laudo de avaliação foi reconhecida em outros resultados abrangentes.

Passivo Circulante:

-Fornecedores Nacionais – Aumento de 105,59% em decorrência do alongamento do prazo de pagamento, principalmente através de operação de risco sacado.

-Empréstimos e financiamentos: Redução de 32,63%, a captação do CRI realizada em 2021 permitiu a liquidação de compromissos de curto prazo.

Passivo Não Circulante:

-Empréstimos e financiamentos: Aumento da ordem de 44,77%, devido basicamente pela captação do CRI, que será realizada em 8 anos.

-Outros Passivos: Redução de 44,46%, devido principalmente pela transferência da dívida de longo prazo para curto prazo.

10.2 Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O lucro líquido apurado em 2021 foi de R\$ 15.998 mil e 2020 prejuízo de R\$ 7.077 mil. Importante considerar que em 2021 a Companhia reconheceu o restante dos valores recolhidos indevidamente de PIS e de Cofins sobre a exclusão do ICMS, relativo a janeiro de 2015 até julho de 2018, o valor histórico do crédito apurado lançado foi de R\$7.084, e R\$ 2.221 de atualização monetária, totalizando R\$ 9.305.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2020, a Companhia trabalhou ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e o impacto no desempenho operacional fosse reduzido.

Desde os primeiros momentos desta situação, a Administração tomou medidas para preservação dos negócios com aumento de sua liquidez, revisão do volume de produção com adequação do número de colaboradores e negociação de prazos e preços com fornecedores, ampliação dos critérios de concessão de créditos para seus clientes buscando minimizar inadimplências futuras, redirecionamento a fornecedores nacionais pela momentânea oscilação das taxas cambiais e demais atitudes inerentes ao momento de crise.

Em 2021, a Companhia manteve as iniciativas adotadas desde o início da pandemia e permanece monitorando os possíveis impactos da Covid-19, visando assegurar a saúde e segurança dos colaboradores, clientes, fornecedores e sociedade.

A Administração da Companhia não identificou indícios que pudessem afetar a recuperabilidade dos seus ativos e mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações, assim como não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não se aplica.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O EBITDA Ajustado do exercício de 2021 foi positivo em R\$ 30,5 milhões. O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com as demonstrações financeiras. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras Companhias. A Companhia divulga o EBITDA Ajustado pois utiliza esse indicador como uma de suas medidas de desempenho.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional** (Não se aplica).
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária** (Não se aplica).
- c. eventos ou operações não usuais:** (Não se aplica).

10.4 Os Diretores devem comentar sobre:

- a.** As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- b.** Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c.** As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não há ressalvas, ênfases, nem limitações de escopo no parecer auditor independente.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, salvo disposição em contrário.

- a) Base de consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico — CPC 36, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada a seguir relacionada:

	<u>Percentagem de participação</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda.</u>	99,99%	99,98%

As demonstrações contábeis consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de Companhia controlada.

A controlada é consolidada a partir da data de formação ou de aquisição, sendo esta a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. O exercício social da controlada é coincidente com o da Controladora, e as demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período é atribuído aos proprietários da Controladora e à participação dos não controladores.

Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em controladas (demonstração financeira individual)

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações contábeis individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

c) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

d) Capital social Ações

ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a dividendos mínimos de 12% sobre o capital social ou 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, dos dois o maior.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, ao final do exercício social.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 e avaliação a custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: **a)** o custo de materiais e mão de obra direta;

b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; **c)** e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A administração efetuou a revisão da vida útil dos seus bens e não foi necessário efetuar ajustes à depreciação. As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	Anos
Edificações	20
Máquinas e equipamentos	16,4
Instalações	18,5
Móveis e utensílios	5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) **Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis de vida útil definida, que são substancialmente softwares, esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos, com base no método linear de amortização.

i) **Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado pelo valor do bem e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor das parcelas obrigatórias do contrato, deduzido, em conta redutora, dos juros implícitos, os quais são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa de efetividade juros.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

j) **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos estoques é baseado custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

(i) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao

período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

l) Benefícios a empregados e benefícios pós-emprego

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

A Companhia concede abono de aposentadoria a ser pago conforme acordo coletivo de trabalho aos empregados que vierem a se desligar por motivo de aposentadoria, seja especial ou por tempo de serviço. Para esse benefício faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se existe uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos

de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

n) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo a averbação da exportação.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. no exercício de 2016 optou pela tributação presumida para o imposto de renda e contribuição social.

q) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

r) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

s) Propriedade para investimento

Propriedades para investimentos são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimentos são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Ganho ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimentos são incluídos na demonstração do resultado no exercício que forem gerados.

t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período subsidiado desde que atendidas as condições do IAS 20 em consonância com CPC 07 – “Subvenções e assistência governamentais”. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para redução do ICMS foram registradas no resultado do exercício na rubrica deduções da receita bruta.

u) **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou sua controlada tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: contas a receber, depósitos judiciais, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença

entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivo financeiro

A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas ou canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia vem promovendo o fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando aprimorar processos e a gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações que estão sendo monitoradas pela administração.

10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

- a. comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
(Não se aplica).
- b. comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
(Não se aplica).
- c. comentários sobre tais desvios**

(Não se aplica).

10.08. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Comentários sobre a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Administração manteve projetos de investimentos para melhoria da competitividade, aplicando em 2021 recursos da ordem de R\$ 5,7 milhões. Para o próximo exercício, estão previstos novos investimentos da ordem de R\$ 7,3 milhões, em projetos de melhoria de competitividade, ampliação da capacidade produtiva instalada e com intuito de atender às exigências legais e regulatórias.

ii. Comentários sobre as fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende acessar os bancos de fomento para os investimentos previstos em 2022, além de utilizar de recursos próprios.

iii. Comentários sobre desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A controlada Domínio Imobiliária Empreendimentos e Participações Ltda. constituiu no exercício de 2011, participação de 51% da Caporena Comércio de Camisas Ltda., cujo objeto social principal é a compra, venda, comercialização, distribuição, importação e exportação de peças de vestuário e de acessórios de vestuário com marca própria. O Conselho de administração da Companhia, depois de analisar a operação da referida sociedade sob os aspectos societário, estratégico e financeiro deliberou, por unanimidade, descontinuar a operação, em razão de: **(i)** dificuldades na obtenção de informações mercadológicas, de planejamento, estratégia de produto e vendas e outras gerenciais sobre o negócio; **(ii)** desalinhamento estratégico; **(iii)** ausência de plano de negócios; **(iv)** utilização do nome e credibilidade da Companhia no negócio, sem a obtenção de contrapartida satisfatória; **(v)** vício formal de sua constituição.

Considerando que a sociedade não possui quaisquer obrigações nesta data e não há passivos a liquidar, foi registrada em 22 de fevereiro de 2021 na Junta Comercial do Estado de São Paulo a dissolução da Caporena.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor
(Não se aplica).

c. novos produtos e serviços: (Não se aplica)

10.09 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A proposta orçamentária para o exercício de 2022 a ser apresentado aos Acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária segue como Anexo II à presente Proposta).

ANEXO I

Valores em R\$

Ano	Órgão	Nº de Membros	Honorários + Encargos		Bônus		Remuneração Variável		Previdência Privada		Assistência Médica + Seguro de Vida		Total por órgão
			Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	Valor (R\$)	Part. %	
2018	Conselho de Administração	5	631.799,40	100,0%	0	0	0	0	0	0	0	0	631.799,40
2018	Conselho Fiscal	3	197.025,84	100,0%	0	0	0	0	0	0	0	0	197.025,84
2018	Diretoria	4	1.652.087,33	91,90%	-	0,0%	-	0,0%	77.808,09	4,32%	67.890,67	3,78%	1.797.786,09
TOTAL		12	2.480.912,57	94,45%	-	0,0%	-	0,0%	77.808,09	2,96%	67.890,67	2,58%	2.626.611,33
2019	Conselho de Administração	5	568.619,40	100%	0	0%	0	0%	0	0	0	0%	568.619,40
2019	Conselho Fiscal	3	148.912,92	100%	0	0%	0	0%	0	0	0	0%	148.912,92
2019	Diretoria	4	1.492.754,02	93,62%	0		0				101.679,22	6,38%	1.594.433,24
TOTAL			2.210.286,34	95,60%	0		0				101.679,22	4,4%	2.311.965,56
2020	Conselho de Administração	4	391.020,54	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	391.020,54
2020	Conselho Fiscal	3	185.620,50	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	185.620,50
2020	Diretoria	3	1.222.985,28	92,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	106.002,52	8,0%	1.328.987,80
TOTAL			1.799.626,32	94,4%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	106.002,52	5,6%	1.905.628,84
2021	Conselho de Administração	4	300.000,00	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	300.000,00
2021	Conselho Fiscal	3	200.411,75	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	200.411,75
2021	Diretoria	3	1.476.345,08	68,5%	576.844,95	27%	0,00	0%	0,00	0,0%	101.046,99	4,7%	2.154.237,02
TOTAL			1.976.756,83	74,5%	576.844,95	22%	0,00	0,00	0,00	0,0%	101.046,99	3,8%	2.654.648,77
2022	Conselho de Administração	4	356.160,00	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	356.160,00
2022	Conselho Fiscal	3	209.880,00	100,0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0,0%	209.880,00
2022	Diretoria	2	1.161.779,24	95,1%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	60.000,00	4,9%	1.221.779,24
TOTAL			1.727.819,24	96,6%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	60.000,00	3,4%	1.787.819,24

(*) Os valores de 2022 são propostas para aprovação da AGO

ANEXO II

PROPOSTA PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL RELATIVO AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da COMPANHIA INDUSTRIAL CATAGUASES, para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei 10.303/01 (Lei das S.A.), bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta de orçamento de capital para o exercício do ano de 2022 no montante de R\$ 7.264.430,00 (Sete milhões, duzentos e sessenta quatro mil, quatrocentos e trinta reais) conforme fontes de financiamentos demonstrados abaixo:

Proposta de orçamento de Capital da Companhia Industrial Cataguases	R\$ 7.264.430,00
Fontes de financiamento:	
Reserva de retenção de Lucros	R\$ 5.205.817,78
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	R\$ 2.058.612,22

Os recursos supracitados serão investidos durante o exercício de 2022, tendo os mesmos a seguinte classificação:

- a) **Obrigatórios:** Investimentos destinados atender normas governamentais e/ou Regulatórias – R\$ 785.410,00 (Setecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e dez reais);
- b) **Reposição:** Investimentos destinados à manutenção e ou substituição de equipamentos; R\$ 3.090.520,00 (Três milhões, noventa mil, quinhentos e vinte reais);
- c) **Expansão:** Investimentos destinados ao incremento de negócios em mercados e ou produtos novos ou existentes – R\$ 2.430.000,00 (Dois milhões, quatrocentos e trinta mil reais);
- d) **Outros:** Investimentos diversos destinados às áreas administrativa, comercial e industrial - R\$ 958.500,00 (Novecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Desta forma propomos a deliberação da proposta de orçamento de capital acima.

Cataguases, 23 de fevereiro de 2022.

Herbert Steinberg

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Manoel Castro de Mattos
Vice-Presidente

Marcelo Inácio Peixoto
Conselheiro

Carlos Custódio Ferreira
Conselheiro